A escola enquanto promotora da redução da linguagem e da perda do poder

Leonir Alves [*]

Sabe-se que os seres humanos, desde o início de sua existência, buscam maneiras distintas de comunicar-se. Essa relação de comunicação ou de contato entre as pessoas pode acontecer de várias maneiras, como por exemplo, por meio da escrita, da linguagem de sinais, etc., mas, acredita-se que a mais comum e, geralmente, eficaz se dá através da fala. A utilização desse recurso sugere uma maior aproximação entre os sujeitos que, inseridos em uma determinada comunidade, trocam experiências, vivências, conhecimentos, discutem sobre o que se passa a sua volta.

É também através da fala que os indivíduos demonstram o grau de poder que têm uns sobre os outros. Trata-se, aqui, do poder da palavra que, de acordo com Pierre Bourdieu (1977), tem relação com a autoridade que exerce o falante sobre os ouvintes. Isso porque "as pessoas falam para serem 'ouvidas', às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos" (GNERRE, 1998 p.5). Dessa forma, cada sujeito utiliza a fala de modo que esta o auxilie na conquista de seus objetivos.

Percebe-se, então, que a fala utilizada pelo locutor é carregada de poder, ou seja, a palavra que ele utiliza tem a força de conscientizar, influenciar ou então manipular seus interlocutores. Tal recurso é muito utilizado pelas igrejas, pelos partidos políticos, etc. a fim de conquistar a simpatia da população e somar seguidores às suas crenças e ideologias.

Conforme o pesquisador Luiz Antônio Marcuschi (2003), é a oralidade que permite ao indivíduo a iniciação ao mundo da racionalidade, pois ao ordenar palavras e frases de maneira lógica, o locutor pode ser melhor compreendido pelos demais membros do grupo ao qual pertence. Além disso, a linguagem oral pode ser entendida como um fator que aponta para a identidade social, regional e/ou grupal dos indivíduos porque o modo como se expressam e o vocabulário que utilizam revela características muito particulares que os distinguem dos demais.

Diante das constatações de que a língua é um dos fatores que contribuem pra que se revele a identidade de um povo, cabe discutir, aqui, até que ponto a língua "praticada" e "ensinada" nas escolas, contribui para que os alunos se identifiquem como

---

[*] Mestrando em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL -

membros de grupos distintos, portadores de culturas e identidades próprias. Tal questionamento é levantado porque se sabe que a grande maioria da população não domina o que chamamos de “língua padrão”, portanto, estariam esses sujeitos excluídos ou destituídos de qualquer forma de cultura e de algo que defina sua identidade?

1. Surgimento da Escola

Nos primórdios da humanidade, a aprendizagem era fruto da observação. Os jovens aprendiam com os mais velhos e, quando esses consideravam aqueles aptos a integrarem a comunidade dos adultos, realizavam-se os rituais de passagem, normalmente, tendo de desempenhar alguma atividade em beneficio comunitário.

O pesquisador Mariano Fernandez Enguita (1989) diz que encontramos na Antigüidade e na Idade Média a aprendizagem relacionada com o fato de aprender um oficio. Normalmente, as crianças aprendiam o oficio de seus pais, porém não com esses, mas eram enviadas a famílias diferentes para que elas lhes ensinassem. O autor usa o exemplo das famílias inglesas e chega a mencionar que elas não têm consideração com seus filhos, pois “após havê-los tido em casa até os sete ou nove anos, colocam, tantos os meninos como as meninas, no duro serviço das casas de outras pessoas, às quais as crianças ficam vinculadas por um período de sete a nove anos” (ENGUITA, 1989). Percebe-se, contudo, que a educação começava relativamente bem cedo e era confiada a outras famílias, que cumpriam o papel de mestres. Muito além de aprender um oficio, a criança começa a compreender a própria ordem social, nas relações de dependência. Assim, os serviços domésticos confundem-se com a aprendizagem.

Enguita (1989) lembra que nessa época também existiam escolas propriamente ditas, mas quem as freqüentava eram os futuros copistas ou algo similar, nem os nobres estudavam, pois o ideal educativo da nobreza era aprender a montar a cavalo, usar as armas e, talvez, tocar algum instrumento musical. É possível perceber, então, que na Antigüidade e na Idade Média a escola não era uma instituição referencial, pois a educação dos filhos era confiada a outras famílias, é claro que muitos tinham a iniciação nas letras, mas somente isso. Nota-se que nesse período o importante era dominar um ofício e compreender o funcionamento social, coisa que era apreendida com os mestres – representados pelas famílias onde eram deixadas as crianças.

Com o passar dos anos, vieram também o desenvolvimento econômico, o surgimento das primeiras fábricas e a decadência do sistema feudal que contribuíram

para que as cidades se desenvolvessem e para que, cada vez mais, as pessoas circulassem por suas ruas e avenidas, muitas delas “sem nada para fazer”, transformando-se em potências delinqüentes. Diante desse quadro, a indústria nascente utilizou as crianças como mão-de-obra barata. É também nesse período que surgem os primeiros orfanatos, com o objetivo de retirar das ruas as crianças e lhes proporcionar educação, algo bem questionável se analisado mais a fundo, pois as crianças internadas eram usadas pelas industrias no trabalho em sua fábricas.

Desse modo, a função primeira da escola era tornar “dóceis” aqueles “pequenos selvagens”, ensinando-lhes noções de disciplina, de costumes morais e religiosos e de responsabilidade. Acima de tudo, a escola funcionava como um meio de controlar o que hoje se chama de “massas”. A instituição escolar, portanto, foi o meio mais eficiente que a burguesia encontrou para controlar as classes mais baixas e se firmar no poder. Assim, a escola surge com o objetivo de ajudar a manter a ordem social tendo por ideal agir com os menores a fim de

> educá-los, mas não demasiadamente. O bastante para que aprendessem a respeitar a ordem social, mas não tanto que pudessem questioná-la. O suficiente para que conhecessem a justificação de seu lugar nesta vida, mas não ao ponto de despertar neles expectativas que lhes fizessem desejar o que não estavam chamados a desfrutar. (ENGUITA, 1989, P. 107)

Contudo, nota-se que um dos objetivos da escola, desde o seu início, é estar ao lado e a serviço de quem detém o poder. Dessa forma, os discentes são “preparados” para agir de acordo com os interesses de quem os orienta e “ensinados” a aceitar tudo o que lhes é imposto, sem questionar. É por conta desta “muito bem organizada” estrutura social que o poder político e econômico está sob o controle dos indivíduos mais ricos e também dotados de uma maior cultura letrada que seus subordinados.

2. Escola: silenciamento e saber fragmentado

A escola foi criada, conforme já citado, com o intuito de “domesticar”, “amansar” os indivíduos a fim de impossibilitar que eles, no futuro, pudessem contestar as ordens recebidas e questionar a situação a qual estão submetidos. Muito tempo se passou daquela época até os dias atuais, no entanto, pouca coisa mudou.

Tal afirmação é feita com base, por exemplo, na análise dos currículos escolares que ainda são, em sua maioria, moldados sob um único parâmetro. Os conteúdos ensinados nas escolas, têm por base um mesmo tipo de público e são, portanto, descontextualizados; estão muito distantes das diferentes realidades dos sujeitos da aprendizagem. Um exemplo disso são os livros didáticos enviados pelo governo para as escolas de todo o país. Esse material não respeita a diversidade lingüística e cultural das diferentes regiões e grupos sociais.

Outro fator relevante nessa questão de que a escola ainda está a serviço daqueles que detêm o poder econômico e político está no fato de que a linguagem "ensinada" nas escolas é a forma padrão. Essa instituição, não aceita as variedades e diferenças culturais dos discentes. Nesse sentido, Gnerre (1998) afirma que é através desta variedade padrão que os conteúdos ideológicos - formas de pacificar e acomodar o indivíduo - são lançados nas mentes dos educandos. O autor diz ainda que é através do uso padrão da língua que se reduz o número de receptores das mensagens, ou seja, modifica-se, dificulta-se a sintaxe, a fim de que um número pequeno de receptores compreenda o conteúdo daquilo que foi dito. Dessa forma, a grande maioria dos receptores continuam sem compreender e, portanto, distantes do poder de participar e/ou decidir algo.

Como já fora mencionado, é a linguagem que permite ao indivíduo introduzir-se no mundo da racionalidade (Marcuschi, 2003). Diante disso, cabe aqui um questionamento: se as instituições escolares insistem em ignorar os diferentes modos de falar de seus alunos, estariam esses distantes da racionalidade?

É importante trazer presente o fato de que se a escola ainda está atrelada aos interesses daqueles que detém o poder, é exatamente a serviço deles que está a linguagem, pois, segundo Gnerre (1998), é através dela que se dá o bloqueamento do acesso ao poder, porque os indivíduos que não dominam a linguagem padrão, são silenciados pela escola e acabam calando suas vozes deixando o poder de opinar e decidir para aqueles que têm o domínio dessa forma lingüística, aceita e aprovada socialmente.

Um dos importantes pontos abordados por Gnerre (1998) é o que ele chama de redução da linguagem que ocorre, principalmente, ao se introduzir a escolarização em grupos de tradição oral. Essas comunidades possuem sua própria forma de organização que inclui a participação nas discussões e decisões que interferem diretamente na vida dos membros daquele grupo. Além disso, há saberes que passam de

geração a geração. A partir do momento em que uma nova forma de falar é introduzida no grupo, muito se perde.

As perdas, ou “reduções” da linguagem acontecem devido ao fato de que a escolarização leva a cultura e a língua do dominador àqueles que viviam e se entendiam muito bem com suas próprias línguas e culturas. Essa forma de incutir a língua e a cultura de uns nos outros serve apenas ao processo global de dominação, pois é muito importante abranger o maior número possível de pessoas, sem levar em consideração os interesses, anseios e necessidades daqueles que recebem tais novidades.

É importante dizer que, atualmente, o que é lido, comentado e ensinado nas diferentes escolas é, praticamente, o mesmo. Os alunos mantêm contato com conteúdos “soltos”, distantes de suas realidades. Essa forma de “aprender” fortalece o saber fragmentado, descontextualizado, solto, sem associações e relações com o mundo do aprendiz. Com isso, as crianças não refletem acerca de sua realidade mais próxima e “palpável”; pelo contrário, ficam ainda mais confusas, pois não sabem se o saber que trazem consigo é “correto” e ainda lhes será útil.

É relevante dizer que dentro desse processo de redução da linguagem o que também contribui para o silenciamento dos receptores é a forma como esses escrevem. Além de notar diferenças entre o seu modo de falar e o do professor, o aluno percebe que sua maneira de escrever é ainda mais diferente e distante do que é aceito pela escola.

Na maioria das vezes os educadores vêem a escrita como um fator de identidade cultural, não se dando conta de que ela é pautada na língua padrão e, portanto, não deve ser analisada para definir a cultura de um determinado grupo, que não se encaixa na chamada “norma culta”. O que se deve fazer, segundo Marcuschi (2003), é analisar as diferenças entre fala e escrita na perspectiva do uso e não do sistema. O aluno deve conhecer o funcionamento da língua escrita para se aproximar do poder, pois somente conhecendo o sistema é que poderá transformá-lo.

3. Escola e poder

É urgente a discussão por parte da sociedade como um todo a respeito da contribuição que a escola faz para a redução da linguagem e também para o

silenciamento dos discentes enquanto cidadãos possuidores de uma identidade e cultura próprias. É importante para qualquer comunidade a manutenção de sua identidade lingüística e cultural, pois ao perdê-la, entrega-se o poder, não só da manutenção das palavras de uma língua, como também o poder de manter-se fiel à sua cultura, ao seu modo de pensar e agir sobre o mundo.

Tal afirmação é feita com base na análise do atual sistema educacional brasileiro que, através da escola, silencia os indivíduos que, não dominando a língua padrão, oficial, dicionarizante, não ganham espaço nos grandes centros de poder. Com isso, esses cidadãos são considerados incapazes de participar de importantes decisões e são motivados a acreditar que devem deixar essa tarefa àqueles que “têm estudo” e “sabem falar”.

Vive-se em tempos de “grandes liberdades”, mas ainda prevalece o domínio das escolas sob os indivíduos, pois se o estudante não apresentar notas e certificados, não é considerado apto para executar determinadas atividades. Em tempos de grandes avanços tecnológicos talvez, fosse necessário redescobrir a arte dos artesãos, a arte da produção singular e não em série. Mas, apesar de livres, os cidadãos estão submetidos ao poder exercido pelas escolas que, por sua vez, estão a serviço do sistema.

É inegável que ocorreram mudanças nos métodos, nas formas de educar, nas tecnologias empregadas para a instrução, mas os receptores, de certa forma, ainda estão submetidos ao poder dominante exercido pela escola, pois não podem escolher o que querem de fato, ou seja, saciar seus reais interesses de aprendizagem. As escolas seguem “cartilhas”, orientações e determinações que, muitas vezes, não sabem a procedência.

É por não ter autonomia e estar atrelada a interesses dominantes que a escola não tem voz, e também não dá voz aos seus integrantes, com isso, contribui para “decadência do diálogo”, isso é, para uma forma de reduzir o interlocutor ao silêncio, a calar, a escutar. A escola está sendo responsável pela propagação da idéia de que pessoas “bem educadas” escutam em silêncio e passam a serem ouvintes. Assim, as pessoas que representam ,e são donas, do “poder” podem agir de maneira tranqüila, sem preocuparem-se com possíveis reações que possam abalar sua sólida estrutura de dominação, pois os dominados, ao sentirem-se impossibilitados de comunicar-se, não reclamam seus direitos, tão pouco participam de decisões importantes. Dessa forma, o

“poder” de uns – dominadores - sobre os outros – dominados - se perpetua e o sistema não muda, graças à contribuição imensurável da escola.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *L’economie des échanges linguistiques Langue Français*. Paris: Laroousse, 1977.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A Face Oculta da Escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GNERRE, Maurízio. *Linguagem, escrita e poder*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita – atividades de retextualização*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.